

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa
Despacho	NP: i112cstm SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 31/10/2012 Requerimento nº 235/2012 Protocolo nº 4298/2012
Autor: Dep. Dilmar Dal Bosco	

Com base nas disposições regimentais em vigor, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, o envio deste expediente Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Secretário de Estado da Fazenda – SEFAZ, Marcel Souza de Cursi, e ao Secretário de Estado de Saúde – SES, Vander Fernandes, **SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE O VALOR TOTAL DA DÍVIDA DO GOVERNO DE ESTADO JUNTO AO HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA, E DISCRIMINANDO O MONTANTE JÁ PAGO E A PREVISÃO DA QUITAÇÃO DO SALDO DEVEDOR.**

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 30 de Outubro de 2012

Dilmar Dal Bosco
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por escopo solicitar INFORMAÇÕES SOBRE O VALOR TOTAL DA DÍVIDA DO GOVERNO DE ESTADO JUNTO AO HOSPITAL REGIONAL DE AGUA BOA, E DISCRIMINANDO O MONTANTE JÁ PAGO E A PREVISÃO DA QUITAÇÃO DO SALDO DEVEDOR.

O intuito deste requerimento é ter a possibilidade de saber qual o valor da dívida do Governo de Estado junto ao Hospital Regional de Água Boa, pois o mesmo encontra-se paralisado no atendimento ao público por parte dos médicos conveniados com o Estado e também sem a realização dos exames seletivos. Os profissionais têm mantido apenas os atendimentos de urgência e emergência, que também serão interrompidos se não houver pagamento.

Em caso de paralisação, todos os pacientes serão remanejados para a cidade de Barra do Garças, distante cerca de 240 quilômetros de Água Boa. Além disso, os mais prejudicados são os pacientes do município de Querência, que fica a 457 quilômetros de distância do hospital regional que está prestes a fechar.

Os repasses por parte das prefeituras estão rigorosamente em dias com o hospital, por isso que ele ainda está em funcionamento, pois o que falta mesmo é o pagamento da parte do governo.

A falta de repasses do governo estadual pode motivar uma greve geral dos médicos no Estado, pois a saúde encontra-se em estado de calamidade pública e o atendimento é restrito, com isso tem deixado a população a mercê da sorte.

O Ministério Público Estadual ingressou com uma ação civil pública contra o Governo do Estado para garantir o pagamento das verbas da Saúde para os municípios onde opera o Consórcio Municipal do Médio Araguaia, no requerimento, o promotor citou o caso do Hospital Regional de Água Boa.

O referido hospital é referência para diversos municípios, no raio de centenas de quilômetros, e o restabelecimento dos serviços se configura como prioritário, na medida em que um procedimento seletivo, não realizado a tempo, pode desaguar em situações de emergência e risco, de vida.

Assim sendo, a justificativa se dá em detrimento da prerrogativa inerente ao cargo ocupado por este parlamentar, disposto no artigo 48, II do regimento interno da Assembléia legislativa do Estado de Mato Grosso, razão pela qual, quer dignem-se o nobre Secretário de Estado da Fazenda e ao Secretário de Estado de Saúde a atender o requerimento com a maior brevidade possível.

Pelas razões expostas, por entender ser de grande valia o assunto, acolhemos com grande empenho a reivindicação e apresentamos o presente requerimento para pedir a colaboração dos nobres colegas Deputados na aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 30 de Outubro de 2012

Dilmar Dal Bosco
Deputado Estadual